

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2013.**

(Do Sr. Geraldo Resende)

*Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, informações sobre as justificativas apresentadas pelos Hospitais/instituições de Saúde de mato Grosso do Sul, pela Secretaria Estadual e pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande, quando da recusa em receber investimentos e aparelhos de radioterapia oportunizados pelo Ministério da Saúde.*

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 24, inciso V, § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Saúde, Sr. Alexandre Padilha, pedido de informações sobre as justificativas apresentadas pelas Instituições: Hospital Universitário pertencente a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); Hospital do Câncer Dr. Professor Alfredo

\*ECA958A400\*

ECA958A400

Abraão; Santa Casa Associação Beneficente de Campo Grande; e demais instituições de saúde do estado de Mato Grosso do Sul, públicas, privadas e/ou filantrópicas habilitadas a ofertarem o tratamento contra o câncer como UNACON – Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia, e/ou pelas Secretarias Estadual/Municipal de Saúde ao recusarem equipamentos para o tratamento de câncer, oportunizados pelo Ministério da Saúde no Plano de Expansão de Radioterapia, lançado por esta Pasta, por meio da Portaria nº 931, publicada no dia 10 de maio de 2012.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Durante o mês de março, foi deflagrada em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul a operação denominada “Sangue Frio”, executada pela Polícia Federal, em conjunto com os Ministérios Públicos Estadual e Federal para as diligências de investigação referentes a suposto esquema de corrupção engendrado pela antiga diretoria das Instituições supracitadas, de modo a desviar recursos públicos destinados ao tratamento radioterápico do câncer no Estado.

Dentre as irregularidades levantadas até o momento e amplamente divulgadas pela mídia local e nacional, estão os repasses pelo Sistema Único de Saúde – SUS, para custear tratamento de pacientes já falecidos, a recusa por instituições públicas, privadas e/ou filantrópicas habilitadas a ofertarem o tratamento contra o câncer como UNACON's em receberem equipamentos e investimentos do Ministério da Saúde, além da nomeação de parentes do ex-Diretor Geral do Hospital do Câncer, Adalberto Siufi, para exercer cargos na administração da Unidade e a contratação de empresas pertencentes a

**\*ECA958A400\***

ECA958A400

grupos ligados a esses dirigentes para prestar serviços ao hospital recebendo repasses até 70% superiores aos determinados na tabela do SUS, dentre outras.

A suspeita é que o Hospital do Câncer monopolizava o tratamento da doença em Campo Grande, enquanto as demais unidades habilitadas como UNACON's no município se recusavam a receber os equipamentos e recursos necessários para o atendimento, obrigando o município à terceirização desta atenção favorecendo empresas particulares, contando com o posicionamento titubeante das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde.

Segundo matéria publicada no site G1 no último dia 20/03, uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União – CGU em 2012 estima que o valor utilizado irregularmente totalize, pelo menos, R\$ 16,4 milhões. Esses recursos referem-se aos contratos entre 2008 e 2011.

Em Ação de Destituição de Dirigentes promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, o órgão informa que, só em 2011, a Fundação Carmem Prudente, mantenedora do Hospital do Câncer, teria recebido R\$ 15.493.148,82 (quinze milhões, quatrocentos e noventa e três mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e dois centavos) em recursos provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

A operação ‘Sangue Frio’ da Polícia Federal, também chegou ao Hospital Universitário (HU) de Campo Grande, onde teriam sido encontrados superfaturamentos em licitações na área de oncologia e cardiologia, desvio de dinheiro usado em obras públicas e contratação irregular de empresas terceirizadas. Essas seriam apenas algumas das ilegalidades apuradas pela CGU na unidade. Em 11 (onze) contratos analisados pelo órgão de controle em 2012, o desvio teria sido de R\$ 973,5 mil.

\*ECA958A400\*

Uma outra matéria publicada no jornal “O Estado” do último dia 09 de abril, intitulada “Radioterapia foi desativada em 2010 após HU (Hospital Universitário) receber aparelho em condições de uso”, denuncia que, mesmo com um laudo do INCA (Instituto Nacional do Câncer) atestando que o aparelho de cobaltoterapia do HU possuía 100% de condições de uso, e tendo uma demanda de 70 pacientes por dia, a diretoria do hospital indicada pelo vice-reitor João Ricardo F. Tognini tentava, desde 2009, desativar a radioterapia do hospital. As instituições terceirizavam e se recusavam a prestar o serviço mesmo sendo habilitadas como Unidades de Assistência de Alta Complexidade (UNACON).

A matéria reforça a suspeita de monopólio dos serviços de oncologia pelo Hospital do Câncer na capital do Estado, com vista a beneficiar empresas do grupo que administrava o hospital.

No Programa Fantástico da Rede Globo do dia 05 de maio, mais uma vez em rede nacional denúncias sobre o esquema de corrupção que cobrava do SUS tratamentos realizados em pacientes falecidos, alteração de medicamentos prescritos por outros mais baratos sem o conhecimento dos médicos e novamente o esquema que teria fechado a oncologia do Hospital Universitário no intuito de monopolizar o atendimento pelo Hospital do Câncer.

As proporções do esquema levaram no ultimo dia 07 de maio, em ação louvável, o Exmo. Ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, à Mato Grosso do Sul com sua equipe de técnicos e auditores para acompanhar os trabalhos de uma força tarefa criada para investigar os procedimentos oncológicos no Estado.

Nas últimas semanas, veio mais uma vez a público a público denúncias que o Hospital Universitário teria recusado no final de 2012 investimentos federais em equipamentos e serviços de radioterapia essenciais para o tratamento de câncer. O HU estaria em 1º lugar na lista

\*ECA958A400\*

ECA958A400

de prioridades no estado para receber os recursos do Ministério da Saúde, dentro do Plano de Expansão da Radioterapia no Serviço Único da Saúde, mas teria pedido a sua exclusão.

Em outra matéria publicada pelo site “Diário de Campo Grande”, a Santa Casa do município também teria se recusado a receber investimentos e aparelhos doados pelo Ministério da Saúde em outubro do ano passado.

Enquanto isso, pacientes enfrentam filas gigantescas e até vêm a óbito sem previsão para realizarem seus exames em hospitais públicos por todo o estado.

A situação da oncologia em Mato Grosso do Sul é caótica. A recusa desses equipamentos por parte de instituições públicas é um ato criminoso contra a população do meu estado e os responsáveis devem ser punidos com rigor.

Diante do exposto, apresento o presente Requerimento de Informação, para que o Ministério da Saúde possa nos informar com máxima brevidade possível, sobre as justificativas apresentadas pelas Instituições citadas, e/ou pelas Secretarias Estadual/Municipal de Saúde ao recusarem equipamentos específicos para o tratamento do câncer, oportunizados pelo Ministério da Saúde no Plano de Expansão de Radioterapia, lançado por esta Pasta, por meio da Portaria nº 931, publicada no dia 10 de maio de 2012.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 2013.

**DEPUTADO GERALDO RESENDE  
PMDB/MS**

**\*ECA958A400\***